

A tortura no ocidente: atrocidade cultural ou exercício de poder?

Priscila Lessa¹

¹Graduada em História pela UFPR e UTP, especialista em Geopolítica pelo CP GEX.

Resumo

Este artigo pretende discutir a prática da tortura na história do ocidente. Para tanto, percorre jurídica e culturalmente quatro momentos distintos da história ocidental, quais sejam, a Antigüidade Clássica, o Medievo cristão, a modernidade do Antigo Regime e o Capitalismo contemporâneo. Por fim, exemplifica com a prática da tortura no episódio da guerra do Iraque, pelo país símbolo da democracia ocidental.

1. Introdução

Discutir sobre direitos humanos pareceu uma tarefa demasiada difícil pela amplitude de possibilidades que tal discussão oferece. Nesse sentido, optou-se por enfatizar a questão da tortura nas sociedades ocidentais. Para tanto, determinou-se um conceito de tortura de influência ocidental, aprovado pela ONU em 1984, e buscou-se manter fidelidade a esse conceito.

A análise do surgimento da tortura nas sociedades ocidentais exigiu uma brevíssima reconstrução histórica e jurídica acerca da tortura, passando pelo direito grego e romano, pelas práticas de torturas eclesiásticas na Idade Média e,

¹ Graduada em História pela UFPR e UTP, especialista em Geopolítica pelo CP GEX.

chegando aos espetáculos de suplício no Antigo Regime. Finalmente, partiu-se para a discussão acerca das transformações jurídicas e históricas que em um lento processo aboliram a prática pública da tortura e restringiram os castigos ao âmbito reservado dos hospitais, presídios e casas de correção. Em todos os aspectos se teve em vista o contexto histórico, cultural e jurídico dos conceitos discutidos.

A fundamentação teórica acerca da história da tortura está sustentada na obra *História da Tortura* de Edward Peters, que permitiu uma viagem jurídica e histórica pelo ocidente antigo e cristão e a breve reconstrução de práticas, conceitos e valores dessas sociedades.

A viagem pelo tempo do Antigo Regime e pela Europa revolucionária do século XVIII foi possível a partir de Bernard Lecherbonnier, em seu livro *Carrascos de Paris: a Dinastia dos Sanson*. A obra é uma narrativa deslumbrante do universo francês, mais precisamente parisiense, dos séculos XVII e XVIII, quando a família Sanson dominava a arte da tortura e do suplício, em um espetáculo popular horrroso e sombrio, mas que permitiu fazer a ligação com as sociedades antigas ocidentais e a passagem para as sociedades contemporâneas do ocidente.

Por fim, Michel Foucault foi o elo necessário para abordar as transformações ocorridas no comportamento histórico e jurídico ocidente do Antigo Regime para a implacável e disciplinada sociedade capitalista contemporânea.

Esta análise tem, portanto, quatro momentos: *O aparecimento da tortura*, que define as bases históricas, sociais, culturais e jurídicas para o surgimento e a concretização da tortura no ocidente; *A tortura cristã*, que aborda a participação da Igreja cristã nos processos judiciais que implicaram em torturas na Idade Média; *O fim dos suplícios*, que determina a passagem da cultura e da prática jurídica dos suplícios públicos e da sociedade punitiva para a detenção do criminoso e da disciplinarização social; e, finalmente, *A tortura nas guerras*, exemplifica, mesmo com um imenso salto histórico, as torturas praticadas no Iraque por soldados dos EUA, em uma referência as torturas praticadas em guerras.

2. O aparecimento da tortura

Em Paris, no tempo em que o ofício de carrasco era exercido pela dinastia Sanson, desde Sanson I até Sanson, o Grande, que rolou milhares de cabeças na guilhotina da Revolução Francesa, Angélica aguardava sua punição pelo crime de adultério.

Era 19 de junho de 1699, dia de *Corpus Christi*, quando a cidade parou. Os parisienses tinham o cruel² costume de assistir as execuções em praça pública com o mesmo entusiasmo com que assistiam uma peça teatral popular. Nesse espetáculo, porém, quem ocupava o papel principal era o carrasco, que tinha como obrigação inquestionável proporcionar ao público um espetáculo impecável. Essa era uma exigência popular. Ao executor não era dado o direito de errar e caso isso acontecesse a fúria do povo ameaçava sua tão honrosa integridade física.

O carrasco, embora não pudesse se misturar às outras camadas privilegiadas, ocupava na sociedade do Antigo Regime uma posição de *status*. Sua profissão, muito bem remunerada, era hereditária. A arte do ofício da tortura e da execução passava, por tradição, de pai para filho. O jovem carrasco tinha sua iniciação desde muito pequeno, aos cinco ou seis anos, quando já estava apto a ajudar o pai em pequenos castigos, como banhar o acusado em óleo quente ou queimar-lhe a sola dos pés.

Dia de execução era, contudo, dia de festa popular. Foi nesse clima de horror que Angélica entrou na praça de Grève sobre uma carroça, vestida de branco e com as mãos amarradas. O que fazia o rei nesse momento? *“Ai! O rei dorme. Os reis sempre dormem quando um mártir denuncia a empáfia de sua injustiça”*. (LECHERBONNIER, 1991, p. 9).

A vítima colocou-se na posição adequada para a morte. A cabeça sobre o cepo, cabelos ao lado do pescoço. O carrasco manobrou seu cutelo, como mandava a tradição, e o soltou sobre a vítima, porém, *“Horror! A arma, na última*

fração de segundo, desvia, corta a face e a orelha de Angélica, que solta um grito de dor, o sangue jorra, o povo clama espantado, o corpo oscila e bate seguidamente sobre os quatro membros.(...) A cabeça não se separou. A multidão uiva por vingança, se enraivece contra o carrasco(...) Cego pelo sangue que lhe macula a face, desorientado, trêmulo, o açougueiro do rei brande (...) a arma assassina. Finalmente, a cabeça rola... Treloucado, o homem se põe em fuga(...) seus lacaios recolhem a cabeça, colocam-na, como é costume, sobre o cepo, face voltada em direção ao Paço (...).” (LECHERBONNIER, 1991, p. 9).

A execução de Angélica foi uma entre centenas de milhares realizadas não somente na França mas, por toda Europa cristã. As vítimas, até a Revolução Francesa, quando o *Terror* não descriminou nenhum condenado, eram aqueles que por um ou outro imprevisto da vida estavam à margem do ideal de sociedade respeitosa e digna, característica dos valores do período. Entretanto, em que momento da história ocidental o espetáculo da tortura e do sofrimento humano tomou conta dos valores morais das sociedades e em que momento eles saíram de cena? Para buscar uma, entre muitas possíveis respostas, é preciso viajar no tempo da história social e da história do direito ocidental.

Para reconstruir, e aqui, logicamente de forma bastante breve, a história da tortura no mundo ocidental é pertinente definir o conceito de tortura que se pretende utilizar. Desde a Antigüidade, de Ulpiano, no século III a John Heath, no século XX, os conceitos formulados acerca da tortura são muito semelhantes. Em 1984, a ONU aprovou a *Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes*. No Artigo 1 definiu tortura como “*(...)todo acto [sic] pelo qual dor ou sofrimento intensos, tanto físicos como mentais, sejam intencionalmente infligidos a uma pessoa por um funcionário público ou perante a instigação deste com a intenção de obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou uma confissão, de a punir por acto [sic] que tenha cometido, ou de a intimidar a ela ou a outras pessoas. Não inclui a dor ou o sofrimento exclusivamente resultantes de, inerentes ou relacionados com sanções*

² Adjetivo dado por nós, contemporâneos do século XXI, com valores étnicos e morais completamente distintos daqueles do século XVII.

legais desde que respeitem as Normas Mínimas Legais para Tratamento de Prisioneiros.” (PETERS, 1985, p. 8).

O conceito de tortura da ONU é diplomático, mas engloba influências do direito ocidental desde a Grécia Antiga. Alguns indícios históricos, embora não aceitos na sua totalidade como fontes fidedignas, apontam a tortura como uma prática grega na antigüidade. A prática da tortura parece ter tido início no âmbito privado, sendo utilizada como punição para homens não livres. A isso, decorre a transição do direito grego de um sistema comunal para um sistema mais complexo, onde as diferenças entre os homens surgiram como um fator determinante acerca das penalidades e dos julgamentos. A substituição do *agon*³ pela formulação escrita da lei, com determinações claras dos critérios e da participação de testemunhas estava relacionada ao surgimento da *polis*. Enfim, foi a substituição da lei da família pela lei da cidade.

A lei tinha, então, a determinação clara de beneficiar os cidadãos e os homens livres. Cidadania e justiça caminharam juntas desde a antigüidade. Nesse tipo de processo jurídico as provas estavam necessariamente relacionadas com a cidadania. Para aqueles que não tinham privilégios criou-se uma situação específica para o testemunho, qual seja, a da coação física. Assim, para o cidadão havia uma espécie “natural” de prova pela palavra e para os não privilegiados uma espécie forçada de prova pela violência. (PETERS, 1985, p. 22).

Entretanto, as fontes não indicam o uso indiscriminado de tortura em escravos na Grécia Antiga, inclusive pela posição que estes ocupavam nessa sociedade, tidos como *andrapodas*⁴ sendo, portanto, difícil perceber em que momento o mau trato deixou de ser costume e passou a ser tortura. De qualquer forma, encontra-se referências de tortura na antigüidade grega no que Aristóteles chamou de “*provas extrínsecas’ para um julgamento jurídico: as leis, as testemunhas, os costumes, a tortura*⁵ e os julgamentos”. (PETERS, 1985, p. 23/24). Não se pode, contudo, perder de vista o conceito de tortura aqui utilizado

³ Julgamentos domésticos muito mais relacionados com rixas familiares do que com procedimentos jurídicos tais quais como entendemos hoje.

⁴ Gado com pés humanos.

⁵ *Basanos* (nota nossa).

como tendo um caráter público e, portanto, executada por um funcionário público para uma finalidade pública e não privada e punitiva.

Também há referências aos romanos de tortura doméstica aos escravos. A partir da tese de Theodor Mommsen a disciplina doméstica romana foi a base do direito civil e penal romano. A justiça romana, da mesma forma como a grega porém, com um desfecho diferente, passou de um estágio privado para um estágio processual de *cognitio extra ordinem*, onde o Estado era o controlador da justiça. Nessa sociedade é também perceptível a inviolabilidade do cidadão livre a partir de regras estabelecidas, onde se proibia, por exemplo, a tortura de escravos para testemunho contra seus donos.

Um novo elemento surgiu, entretanto, com os romanos, qual seja, a tortura por traição. A figura majestosa do imperador assumiu o centro desse processo, levando a tortura, finalmente para o âmbito público. Referências da tortura de Otávio a Gallius⁶, ou de Calígula, Claudio e Domiciano relacionam a tortura com o Estado, quebrando a inviolabilidade de homens livres diante da categoria de traidores.

A infâmia também surgiu como uma nova categoria, ampliando o universo daqueles vulneráveis à tortura. Mulheres acusadas de envenenamento, mágicos, bruxos e adivinhos estavam em foco no governo de Constantino. O imperador Justiniano condenava à tortura praticantes de relações sexuais perversas e adultério⁷. Dioclesiano torturava cristãos.

Pode parecer mais claro, a partir daqui, a distinção moral e social entre as pessoas, presente na história jurídica ocidental. Tais discriminações decorrem da influência germânica na cultura romana a partir das invasões bárbaras, e da influência do cristianismo a partir do início da Era Cristã, onde pessoas caídas em desgraça e desonra estavam mais sujeitas à tortura. Até o século XII, estava inserido no contexto jurídico para homens de má reputação a sujeição ao ordálio⁸.

⁶ Gallius saudou Otávio enquanto carregava uma pequena tábua sob os braços. Aquele pensando ser uma arma mandou torturar Gallius.

⁷ É difícil resistir à tentação de relacionar as torturas de Constantino, que aceitou os cristãos mesmo não se convertendo, e de Justiniano, imperador cristão, à ascensão do cristianismo e à todas as implicações de uma nova formulação moral que decorre disso, mesmo parecendo aqui uma relação abstrata.

⁸ Julgamento de Deus.

3. A tortura cristã

A substituição do processo acusatório, onde o testemunho de homens privilegiados bastava para dar fim a um processo jurídico, pelo processo inquisitório elevou a confissão ao topo da hierarquia das provas. Mais uma vez alargou-se o caminho para a prática do testemunho pela violência. Tal processo deu, entre os séculos XIII e XVIII, um tom de racionalidade ao processo jurídico, priorizando o levantamento de provas, o testemunho e tendo na confissão a certeza da verdade. Portanto, há a consolidação da tortura como prática jurídica.

Contudo, a tortura, a partir do século XIII, era diferente das torturas romana e medieval. Um novo contexto político se impunha sobre a Europa ocidental. A centralização acentuada em torno dos reis exigia uma universalização das leis em torno da autoridade real da Europa cristã.

A justiça eclesiástica ocupou um papel fundamental desde a Idade Média até o século XVIII. A tortura foi o hábito mais preservado da Igreja latina através da Inquisição. Hereges, adúlteros, mulheres ruivas e solteiras, curandeiros, religiosos mendicantes, peregrinos, enfim, uma infinidade de categorias de pessoas à margem do conceito cristão de comportamento passaram pelos tribunais do Santo Ofício e pelo julgamento da Igreja.

Da mesma forma, ladrões, saltimbancos, velhacos, difamadores, traidores do reino e da divina imagem do rei não escaparam do impiedoso e inquestionável julgamento real.

Histórias como a de Angélica se repetiram aos montes, fosse por um “crime” religioso, fosse por uma infelicidade como a de Damians, que imaginou castigar com uma facada, a divina figura do rei Luís XIV pelos males da França (ver Michel Foucault). Tortura com óleo fervente, nos borzequins⁹, na roda¹⁰,

⁹ “O borzequim consiste em comprimir a perna entre duas pranchas de carvalho. As pranchas têm furos pelos quais passam-se cordas para arrochar fortemente. (...) crava, a golpes de malha, cunhas entre as pranchas, a fim de comprimir e depois quebrar os membros do paciente” (LECHERBONNIER, 1991, P. 24).

¹⁰ Tratava-se de uma grande roda colocada em praça pública onde a vítima ficava presa pelos braços e pelas pernas à disposição das maldades dos passantes, girando até morrer.

esquartejamento, não importava. A confissão pela tortura e a punição pelo suplício tomou conta da Europa do Medievo e do Antigo Regime até a Revolução Francesa quando, finalmente, Sanson, o Grande, o carrasco da Revolução, executou suas vítimas com um instrumento de morte de fato considerado humanitário na época: a guilhotina. E aqui, mais uma vez é impossível não sucumbir diante de um comentário abstrato – para não classificá-lo de irresponsável -, porém tentador: convenhamos, diante do espetáculo de sangue que se viu na França revolucionária, a guilhotina foi um maravilhoso instrumento indolor e instantâneo de morte. Finalmente, podia-se morrer sem suplício.

4. O fim dos suplícios

A partir do século XVIII, os suplícios pouco a pouco saíram de cena. Esse fato não se deve à humanização das sociedades ocidentais, mas à sua transformação no período posterior à Revolução Francesa. Terminado o longo processo revolucionário francês veio à tona, de fato, um novo tipo de sociedade, alimentado também por outro processo revolucionário, qual seja, o da Revolução Industrial inglesa do século XVIII. A *Dupla Revolução* emergiu um universo absolutamente novo e distinto do anterior. O poder político era agora exercido à luz da *igualdade* e *fraternidade* e as sociedades européias tentavam assumir um caráter representativo e descentralizador. Os ideais burgueses haviam tomado as rédeas do poder e redefiniram as formas de atuação dos governos.

Entretanto, o novo direcionamento econômico do mundo, o capitalismo, que tomou simultaneamente seu espaço nesse novo universo reinstalou a tortura e os suplícios nas colônias que alimentavam o capitalismo europeu na África, na Ásia e no Oriente Médio. Mas, na Europa civilizada a ordem do dia era retirar das praças públicas o suplício, os mutilados, os esquartejados e, lentamente, também devido à uma revolução jurídica que acompanhou a revolução política e econômica, adotou-se novas práticas de punição. O condenado não mais aparecia aos olhos das multidões e sim desaparecia nas cadeias e nos hospícios.

A sociedade disciplinada do capitalismo ordenou as penas dos processos jurídicos, estabeleceu regras normatizadoras e disciplinadoras criando uma nova lógica do castigo. A pena do condenado não era mais o sofrimento, mas sim a correção. Mesmo nas penas de morte que ainda existiam na Europa o espetáculo da punição perdeu o seu valor e as punições passaram a ser iguais para todos, como já acontecia no processo revolucionário francês quando todo o condenado à morte tinha sua cabeça decepada pela guilhotina. No mundo criado pelas revoluções política e econômica da burguesia as categorias de pessoas à margem desse novo estilo de vida foram escondidas nas prisões e nas casas de correção.

5. A tortura nas guerras

Qualquer referência à tortura no final do século XX e início do século XXI é repudiada por qualquer pessoa que se diga de bem ou por qualquer sociedade ocidental comprometida com a democracia¹¹. Todavia, não se pretende discutir os inúmeros episódios que, ao longo do século XX, fomentaram o suplício humano no mundo ocidental, seja nas guerras mundiais, seja nas revoluções socialistas, seja nos governos totalitários fascistas, seja nas lutas de independências das colônias europeias, seja pela fome, pelas doenças ou pela miséria. Um episódio particular nos é pertinente: a enxurrada de notícias e imagens de torturas exploradas pela mídia decorrentes da guerra iniciada pelos EUA contra o Iraque¹².

Primeiramente, é preciso ter em vista que a guerra constitui uma situação específica e, embora o Direito Internacional tenha se empenhado em estabelecer uma série de regras acordadas por tratados e compromissos diplomáticos, os Estados envolvidos em guerras parecem criar suas próprias normas de conduta e prática no que se refere ao tratamento do prisioneiro de guerra e, salvo quando a

¹¹ Não se pretende aqui, sob aspecto nenhum, discutir os possíveis conceitos de democracia e as inúmeras formas que o ocidente descobriu para praticá-la.

¹² Também não se pretende discutir as torturas praticadas por Estados ditatoriais no Oriente Médio, já que o conceito de tortura aqui adotado está sustentado em uma perspectiva ocidental e jurídica e não oriental e religiosa.

mídia toma poder dessas informações, a sociedade civil invariavelmente está alheia a esses acontecimentos.

A revista *Carta Capital* exibiu uma brevíssima reportagem sobre os acontecimentos no Iraque, tendo como ilustração a soldado Lynndie England arrastando um iraquiano nu pela coleira. Existe um, e apenas um aspecto dessa reportagem que nos interessa discutir e que está relacionado com o conceito de tortura aqui adotado desde o início. Assim, depois do escândalo das imagens o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld insistiu em provar que o que se viu “*não é tecnicamente tortura e, depois, que o regime de Saddam cometeu atrocidades mais graves.*” (*Carta Capital*, 19 de maio de 2004, p. 19). O suplício imposto aos prisioneiros iraquianos está relacionado ao aparelho militar do Estado norte-americano e, sendo assim, foi executado por um poder público sendo, dessa forma, a partir do conceito de tortura aqui escolhido e que consta na Declaração da ONU, perfeitamente enquadrado como prática de tortura.

A desculpa utilizada pelo governo dos EUA não pode, sob aspecto algum, ser considerada explicativa, mesmo porque ela é demagoga. Resta ao mundo e não só ao mundo ocidental esperar por algum tribunal de Direito Internacional capaz de julgar a maior potência do mundo por crimes de guerra.

6. Conclusões

Se os EUA ou outros Estados que praticaram torturas em guerras ou fora delas serão um dia julgados de forma justa e não apenas por conveniências geopolíticas, como ocorreu, por exemplo, na Alemanha após a Segunda Guerra, não é o que importa aqui. Retorno à *barbarie*? Retorno ao coração da Idade Média? Possivelmente não, mas sim a manutenção de práticas extra oficialmente permitidas por Estados que detém o poder e podem usá-las por conveniência própria.

É imprudente falarmos em retorno da tortura, mas sim em manutenção dela como prática corrente nas sociedades ocidentais ora explícita, ora não, como

exercício de poder sobre os povos, como afirmação e reafirmação do domínio sobre as sociedades em diferentes momentos da história humana, que afinal, está repleta de atrocidades.

7. Bibliografia

Brasil, nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1985.

LECHERBONNIER, Bernard. *Carrascos de Paris.* Editora Mercuryo Ltda. São Paulo, 1989.

PETERS, Edward. *História da tortura.* Editora Teorema, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir.* Editora Vozes, 1987.

Revista Carta Capital: política, economia e cultura. N.º 291, 19 de maio de 2004. (reportagem: No coração da Idade Média).